

Sexta-Feira, 21 de Agosto de 2026

Mendonça sinaliza favor de manter inquéritos sobre Lulinha no STF

Ministro tende a preservar investigações na Corte após parecer da PGR pela transferência para primeira instância

O ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), demonstra tendência em preservar na Corte os dois inquéritos que investigam a atuação de Fábio Luís Lula da Silva, conhecido como Lulinha, e de uma lobista em busca de negociações junto ao governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Conforme avaliação de pessoas próximas ao ministro, ele estuda a questão após a Procuradoria-Geral da República (PGR) emitir parecer recomendando a transferência das investigações para a primeira instância.

O argumento central para manter os inquéritos no STF reside no fato de que mensagens extraídas do celular da lobista Roberta Luchsinger mencionam autoridades que possuem foro privilegiado.

Na visão desses interlocutores, a Polícia Federal ainda não realizou exame minucioso do material para identificar se há conexões com os nomes citados nas comunicações.



Situação análoga, segundo assessores de Mendonça, ocorreu no caso do Banco Master, quando a investigação iniciou na primeira instância, mas foi encaminhada ao STF após surgirem referências a autoridades com foro privilegiado, permanecendo em tramitação na Corte.

O ministro também demonstra estranheza quanto ao fato de que, em momentos anteriores da investigação, nem a Polícia Federal nem a PGR sustentaram que a primeira instância seria o local apropriado para análise dos casos.

Na perspectiva de seus colaboradores, quando encaminhou os inquéritos ao STF, a Polícia Federal deveria ter indicado a ausência de investigados com foro privilegiado e sugerido o envio à primeira instância.

Paralelamente, a PGR apresentou parecer para que novos inquéritos fossem distribuídos por sorteio.

Em conversas nos bastidores, auxiliares de Mendonça interpretaram essa manobra como estratégia para evitar que as ações permanecessem em sua relatoria. Contudo, mediante o sorteio, os processos retornaram novamente ao gabinete do ministro.

Membros da equipe de Mendonça indagam a razão pela qual a PGR não recomendou a transferência dos casos à primeira instância naquele momento.

A questão permanece sob análise, com expectativa de que o ministro profira decisão em breve sobre o destino definitivo das investigações.